

L'usage de tout système électronique ou informatique est interdit dans cette épreuve

*Traduire en français le texte ci-dessous.*

### **Trabalho escravo e impunidade**

A escravidão no Brasil é uma persistente realidade, apesar de esforços cada vez mais eficazes do atual governo e das entidades que compõem a Comissão para a Erradicação do Trabalho Escravo. O tema é foco de debates no Congresso, que discute propostas para aumentar multas e penas ou expropriar terras escravagistas.

O trabalho escravo é uma forma específica de trabalho forçado. Caracteriza-se pelo cerceamento real da liberdade de uma pessoa. A modalidade mais comum é o endividamento: impõe-se ao trabalhador uma dívida que ele não contraiu ou que ele não acordou, geralmente associada a transporte, comida, alojamentos e equipamentos. Frequentemente, documentos são retidos.

Os escravos contemporâneos são paupérrimos, quase todos homens adultos, a maioria analfabetos, muitos sem documentos, alguns sequer sem registro de nascimento. Pessoas fáceis de enganar por falsas promessas.

A maioria dos escravagistas do século XXI no Brasil são grandes e médios empresários envolvidos com o desmatamento para atividades agropecuárias e financiados com recursos públicos.

A principal causa da escravidão é a impunidade. Durante anos, este crime foi atividade altamente lucrativa. Trabalhadores eram resgatados pelos fiscais do trabalho, que aplicavam multas irrisórias.

A certeza de não serem punidos fazia com que esses criminosos fossem reincidentes. A ação mais eficaz do Estado tornou-se evidente. Foram decretadas mais prisões pelo crime de trabalho escravo em 2003 do que em todos os demais anos anteriores. Foram pagos milhões em indenizações por danos morais. Foram também resgatados da servidão 5.100 trabalhadores, mais que nos últimos oito anos. Atualmente, 101 empresas que praticaram trabalho escravo estão proibidas de receber financiamentos.

O Brasil hoje pode ser considerado uma referência internacional no combate ao trabalho escravo. Entretanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido, que passa pela efetiva responsabilização criminal desses empresários minoritários, por medidas contundentes de prevenção, pela identificação da cadeia produtiva dessas empresas que praticam a concorrência desleal na economia do país e pela indignação da sociedade com essas práticas. Está na hora de acabar de vez com essa vergonha.

Armand F. Pereira e Patrícia Audi, adaptação  
(Jornal do Brasil, 29/7/2004)